

20 de Setembro
2,20

(Conto de Joseph Font) AG 3.2.5.1.201

... dizia que era consagrada pela
jurisprudência de 1500 anos, na França.
É um outro escritor que a França
no seu Código Napoleônico nota ter
olvidado as leis anteriores.

O que é identidade de pessoa?

Pothier, segundo o regime das leis ante-
riores que o Cd. Napoleônico adotou,
dizia que o casamento é anulado
quando há erro não sobre a qualidade
da pessoa do cônjuge, mas sobre a
sua pessoa; e sempre exemplificava
pelo modo seguinte: se eu desposi
Maria acreditando que ~~era ela~~ ^{era} ~~ela~~
e verifico mais tarde que era de
condição inferior, supondo que era
virtuosa e entretanto era prostituta,

porquanto se tenha boa fama quando não
 tenha, o casamento é válido, não obstante
 o erro em que cahi; e isto ficou li-
 gido perante o Conselho de Estado da
 França, a propósito da ~~revisão~~ ^{revisão} do
 art. 180, que effelivamente o erro que
 determina a annullação de um casamen-
 to é o erro sobre a identidade da pes-
 soa e não sobre as suas qualidades
 pessoais.

Posteriormente esse dispositivo do Cód.
 Napoleônico provocou um sério debate
 entre os civilistas franceses, mas, distin-
 guindo entre attributos e qualidades
 pessoais, definiu-se que só o erro sobre
 attributos é que podia determinar a
 annullação do casamento. Outros,

cum aliam, de iure quod non est
 seu attente potest determinare a annulla
 con de commentis.

Seu potest, ad, citor grandis numero
 de scriptis in materia de assumptis.

Quinto me, per, a seu duo opinionis.

Uter e' a de tunc : <<

Outros juriscultos entre os que Laurent,
 Aubry & Rau e outros, repellido
 essa distincção entre attributos e prohibições
 pessoas, affirmam que nem o uso sobre
 attributos e sobre prohibições pode deter-
 minar a annullação do casamento.

Há, ha dois codigos que divergem
 um pouco da doutrina: são o Código
 Alemão e o Código Prussão. Mas,
 nem o Código Alemão nem o Código
 Prussão, nem lei alguma permitem a
 annullação do casamento em esse funda-
 mento, de ter um dos conjuges se separado
 de a respeito da boa fama do outro.

Permitir a annullação do casamento por esse
 fundamento é entregar o casamento a
 arbitrio do juiz, e é entregar o casamento

ai' exploracion main Torps.

(D. Loutinck)